



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
POLÍTICA DE
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA



Fundação Oswaldo Cruz

Política de Divulgação Científica da Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro
Fiocruz
2021

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidência

Nísia Trindade Lima

Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

Marco Antonio Carneiro Menezes

Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação

Cristiani Vieira Machado

Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Mario Santos Moreira

Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas

Rodrigo Correa de Oliveira

Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde

Marco Aurelio Krieger

Elaboração:

Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da Política de Divulgação Científica da Fundação Oswaldo Cruz, criado pela Portaria N° 6.396/2019.

Coordenação:

Cristina Araripe Ferreira

Coordenação Adjunta:

Diego Vaz Bevilaqua

Grupo de Trabalho:

Ana Beatriz Ayres (Presidência)
Alessandro Baptista (COC)
Bárbara Dias de Oliveira (IOC)
Cristiana Ferreira Alves de Brito (IRR)
Denise Nacif Pimenta (IRR)
Denise Vale (IOC)
Héilton Barros (COC)
Isabela Santos (VPPCB)
João Canossa (Editora Fiocruz)
Lenira Zancan (ENSP)
Luiza Gomes (Coop. Social)
Luísa Massarani (COC)

Marcia Correa e Castro (Canal Saúde)

Marcos José de Araújo Pinheiro (COC)

Maria Fernanda Marques Fernandes (COC/Gereb)

Marília Sá Carvalho (Presidência)

Roberta Goldstein (VPPCB)

Rosa Maria Neves (EPSJV)

Silvia Bezerra dos Santos (IAM)

Simone Monteiro (IOC)

Valéria Machado (ICICT)

Wagner Barbosa de Oliveira (ICICT)

Wilson Savino (Presidência)

Relatoria:

Barbara Dias de Oliveira

Cristina Araripe Ferreira

Denise Nacif Pimenta

Diego Vaz Bevilaqua

Márcia Correa e Castro

Thatiana Victoria dos Santos Machado

Wagner Barbosa de Oliveira

Capa, projeto gráfico e diagramação:

Silmara Mansur



Atribuição não comercial (CC BY-NC): Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste material para fins não comerciais, e, embora materiais derivados tenham de atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não são obrigados a licenciar as materiais derivados sob os mesmos termos.

Licença disponível em: [←https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR→](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)

Obras de terceiros e conceitos utilizados neste material são de inteira responsabilidade da área técnica.

O conteúdo desta e de outras obras da Fiocruz pode ser acessado na página: www.arca.fiocruz.br.

1ª edição – 2021 (aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz em 10/12/2020 e publicada na Portaria da Presidência da Fiocruz no. 58 de 05 de março de 2021)

Elaboração, distribuição e informações:

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Av. Brasil, 4365, Manguinhos,

CEP 21040-900– Rio de Janeiro/RJ

Site: www.fiocruz.br

Ficha Catalográfica

F981 Fundação Oswaldo Cruz.

Política de divulgação científica / Fundação Oswaldo Cruz. – Rio de Janeiro : Fiocruz, 2021.
[Edição digital].

O conteúdo desta e de outras obras da Fiocruz pode ser acessado na página: www.arca.fiocruz.br.

ISBN 978-65-87063-04-1.

1. Normas Técnicas. 2. Divulgação Científica. 3. Brasil. I. Ferreira, Cristina Araripe (coord.). II. Bevilaqua, Diego Vaz (coord.).

CDD 021

SUMÁRIO

I. Introdução	6
II. Histórico	9
III. Desafios e contexto	15
IV. Princípios	19
Ciência e democracia	19
Ciência como parte integrante dos direitos humanos	20
Ciência e desenvolvimento sustentável	20
Solidariedade como princípio de funcionamento da ciência	20
Diálogo e compartilhamento do conhecimento	21
V. Objetivos	21
VI. Diretrizes	22
VII. Governança	25
Conselho Deliberativo da Fiocruz	25
Presidência da Fiocruz	25
Fórum de Divulgação Científica	26
Direção das unidades e escritórios	26
VIII. Financiamento	27

I. INTRODUÇÃO

A ciência ocupa um lugar central crescente na sociedade contemporânea, influenciando e sendo influenciada pelos aspectos sociais e culturais. Nesse sentido, tem impacto significativo nos processos econômicos e políticos de um país, refletindo-se na cultura, comportamento e valores de seu povo. A divulgação científica, enquanto campo de conhecimento e estratégia de ação, facilita e amplia os possíveis diálogos entre ciência e sociedade. Tal como o processo de produção do conhecimento científico, a divulgação científica também é perpassada por interesses econômicos, tecnológicos, sociais e políticos. É um processo marcadamente histórico que espelha os valores e interesses de seus atores. Desta forma, para garantir uma discussão inclusiva e democrática, é fundamental incorporar e dialogar com diversos setores da sociedade nos debates relacionados à produção do conhecimento e práticas científicas.

A missão da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é fundamentada na defesa da equidade e da cidadania plena e sua relação com a sociedade está prevista em seu estatuto, que estabelece como finalidade da instituição preservar, valorizar e divulgar seu patrimônio histórico, cultural e científico. Neste sentido, desde seu IV Congresso Interno, a Fiocruz estabeleceu como uma de suas teses centrais que a divulgação científica integra o fazer científico e é responsabilidade social da instituição. É parte da função social da Fiocruz, instituição pública de Estado, voltada para a produção do conhecimento científico e inovação, atuar na construção de ambientes e instrumentos que permitam à população brasileira participar de forma mais democrática e cidadã nos debates que envolvem a ciência e tecnologia, em particular no campo da saúde.

Em seus 120 anos de atuação, a Fiocruz é reconhecida por “histórica atuação em prol da popularização e divulgação da ciência, tecnologia e inovação”, conforme expresso em 2015 quando a fundação foi contemplada com o Prêmio José Reis de Divulgação Científica. No entanto, conforme apontado em diferentes congressos internos, a ação nesse campo é fragmentada. Por isso, desde 2010 faz parte de seu planejamento estratégico a proposta da elaboração de uma política de divulgação científica. Este documento que aqui se apresenta preenche essa lacuna. A formalização de espaços e instrumentos dentro da gestão da instituição tem o objetivo de ampliar, criar sinergias e novas possibilidades para o diálogo entre o conhecimento produzido na Fiocruz e a sociedade.

Esta política ocupa um lugar de intersecção de campos do conhecimento dentro da Fiocruz. Assim, como o campo da divulgação científica é um campo de convergência, a presente política é transversal a todas as atuais vice-presidências da Fiocruz, assim como suas respectivas câmaras técnicas, além de estar presente nas ações de todas as suas unidades e escritórios. Apresenta vários pontos de intersecção com a Política de Comunicação, como esperado, e também com as políticas de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais, de Inovação, de Memória Institucional e com a de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência, além de interface com o Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis e as estratégias de promoção de Equidade de Gênero e Raça.

Trata-se, essencialmente, de um campo polissêmico. No cenário nacional e internacional, diversos termos têm sido utilizados para designar este campo do conhecimento, com diferenças conceituais-metodológicas. Divulgação científica, popularização da ciência (estes dois primeiros constam dos documentos

recentes do Congresso Interno da Fiocruz), vulgarização científica, disseminação científica, comunicação pública da ciência e tecnologia, apropriação social do conhecimento e engajamento público na ciência são alguns dos termos mais usados. Até mesmo nos documentos e ações da Fiocruz há uma pluralidade de termos em uso, expressando as diversidades teórico-conceituais do campo. No texto desta política, não se pretende resolver as diferenças conceituais entre definições e termos e, para tal, adotou-se o termo “divulgação científica” com o objetivo de manter uma nomeação ampla e inclusiva e que seja compreendida por um conjunto diversificado de perfis profissionais, dentro e fora da Fiocruz, que trabalham nesse campo.

Tanto na Política de Comunicação como na Política de Memória Institucional, a divulgação científica é definida de forma preliminar como “ações dedicadas a tornar o conhecimento científico mais acessível ao público amplo, para além das estratégias formais de educação, utilizando-se de plataformas e mídias diversas. Seu objetivo é fortalecer os laços entre a ciência e o cidadão, por meio da informação e do engajamento do público no debate político da ciência e das questões científicas”. Nos debates preliminares para a construção dessa política, foi apontado que essas ações devem ter um caráter mais dialógico com a sociedade. Trata-se, afinal, de um processo social, intencional e estratégico, parte integrante do fazer científico. Articulado com outros processos, constrói sentidos e conhecimentos colocando atores de diferentes origens e saberes em diálogo. Assim, torna-se um aprendizado entre todos os participantes e um enriquecimento das realidades locais. Essas ações podem ser voltadas para diferentes públicos, buscando construir, dentro dessas realidades locais, novos sentidos. Em muitos casos, têm o sentido da construção de políticas públicas, atuando junto a tomadores de decisão. Em outros, busca

colaborar com debates públicos, junto a movimentos sociais e grupos sociais específicos. Em comum, entende-se que se caracteriza pela compreensão da ciência como um direito de todos, um direito a sua compreensão e construção social, mas também a usufruir de seus benefícios de forma igualitária.

II. HISTÓRICO

A Fundação Oswaldo Cruz tem, ao longo de sua história, reafirmado a importância da divulgação científica. No início do século XX, sob a liderança de Oswaldo Cruz, a instituição apresentou projetos pioneiros como o desenvolvimento de exposições científicas nacionais e internacionais, conferências públicas, criação de museus e a utilização de um conjunto de instrumentos e técnicas de registro das atividades científicas, entre outras ações, que foram e são até hoje fundamentais para a construção da memória da saúde e da ciência no país.

Assim, a Fiocruz desempenhou não apenas um papel fundamental na área da pesquisa científica e tecnológica em saúde no país, mas também contribuiu para que o conhecimento produzido fosse disseminado e, mais recentemente, popularizado por meio de iniciativas como uma de suas estratégias para a promoção e apropriação do conhecimento científico pela população em geral. A partir dos anos 1980, com o processo de redemocratização do país, a Fiocruz teve papel central na formulação e divulgação das proposições da 8ª Conferência Nacional de Saúde e dos princípios da Reforma Sanitária. Neste período, iniciativas de comunicação, informação e divulgação voltadas para as atividades-fim foram promovidas e fortalecidas por meio de ações, programas e projetos institucionais. Neste

contexto, as ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, comunicação/informação e educação em saúde ganham relevo e destaque durante este período. Trata-se, como ressaltou o documento final da Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, em 1986, de compreender que o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, [inclui] maior participação no controle desse processo”.

Desde meados da década de 1980, a Fundação Oswaldo Cruz tem se dedicado a estruturar e desenvolver iniciativas voltadas para os campos da educação, da pesquisa, da preservação da memória e da documentação e para a divulgação da história da saúde pública e das ciências no Brasil. Ainda no início desta década, cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, em conjunto com outros divulgadores da ciência do Rio de Janeiro, conceberam e fundaram o espaço Ciência Viva, primeiro centro interativo de ciências do estado. Paralelamente, também no Instituto Oswaldo Cruz, iniciou-se uma linha de pesquisa de produção e avaliação de materiais educativos e coleções literárias para o público infanto-juvenil que daria origem ao LEAS (Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde). Tais iniciativas tiveram desdobramentos importantes nos projetos e programas de divulgação científica da Fiocruz ao longo das próximas décadas. Nesse mesmo período, a recém-criada Coordenação de Comunicação Social (CCS) da Fiocruz promoveu várias oficinas pioneiras de formação de jornalistas científicos.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, a Fiocruz criou e fortaleceu projetos institucionais que incluem a criação de unidades técnico-científicas, de programas de pesquisa e de pós-graduação voltados para a realização de ações nessa área, ampliando e consolidando sua missão e valores sociais, humanos e

democráticos. Algumas iniciativas na área tomaram forma e se concretizaram como o Programa RADIS de Comunicação e Saúde (projeto iniciado em 1982, que publicou a Revista Dados, as Revistas Súmula e Tema, o tabloide Proposta, o jornal Radis e a Revista RADIS), o Canal Saúde e a VideoSaúde Distribuidora, entendendo a comunicação como elemento fundamental nos processos sociais, econômicos e políticos, um direito humano e uma das determinações sociais da saúde. Por meio de uma Portaria, em 1993, a Editora Fiocruz se estruturou e começou a funcionar com a finalidade precípua de dar visibilidade às pesquisas que estavam sendo desenvolvidas na área da saúde.

É também nessa época, em 1994, que se começou a realizar o Fiocruz para Você no campus de Manguinhos – evento ligado ao calendário de imunização – que, além de promover a divulgação científica, é criado como estratégia de enfrentamento da violência ao promover o fortalecimento da cidadania no território no qual a Fundação se localiza. O projeto visa à integração e ao engajamento solidário dos funcionários nas atividades de divulgação científica promovidas pela instituição em interação com moradores das comunidades de Manguinhos para promover saúde, lazer e conhecimento.

Em 1999, a inauguração do Museu da Vida (MV) trouxe, no bojo desse processo, a proposta de integração entre ciência, cultura e sociedade. A iniciativa – que vinha sendo desenvolvida desde 1992, a partir de uma deliberação do II Congresso Interno da Fiocruz – abre as portas com a missão de reunir a tradição museológica da Fiocruz com as novas tendências da divulgação científica mundial.

Em 11 de março de 2002, o Grupo de Trabalho (Portaria 098/2002 – PR da Presidência) criado pela Presidência, “Educação e Divulgação Científica da Fiocruz”, assumiu, entre outros desafios,

o de ouvir a comunidade científica em relação às suas expectativas e aspirações no campo das políticas voltadas para essas áreas. Além de pesquisas sobre públicos e percepções das ciências, as iniciativas repertoriadas apontavam para a importância crescente dos projetos ligados à formação científica de alunos da educação básica, em que pese um número crescente de projetos visando sensibilizar professores e educadores, de um modo geral, para as questões específicas das áreas de saúde e meio ambiente. Foi nesse contexto que houve a criação da Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente em 2001. Na mesma década, projetos prioritários para a instituição foram estruturados, destacando-se projetos como o Ciência Móvel: Vida e Saúde para Todos (2004), no Rio de Janeiro, e o Ciência na Estrada: Educação e Cidadania (2005), inaugurado na Bahia, que valorizam a ampliação e interiorização das ações de divulgação científica.

Cabe ainda destacar nos últimos 20 anos a expansão de iniciativas nos campos do ensino e da pesquisa na área. A partir do mapeamento realizado pelo Grupo de Trabalho Educação e Divulgação Científica da Fiocruz no início dos anos 2000, houve a criação do Programa de Ensino em Biociências e Saúde pelo Instituto Oswaldo Cruz em 2004, que consolidou um conjunto de iniciativas na área na instituição. Em 2009, a Casa de Oswaldo Cruz, em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins, a Fundação Cecierj, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Casa da Ciência (UFRJ), criou o curso lato sensu (especialização) de Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde em operação até hoje (atualmente com o nome de Especialização em Divulgação e Popularização da Ciência). A partir do amadurecimento do ensino e da pesquisa na área, aprovou-se em 2016 o primeiro mestrado específico do campo no Rio de Janeiro, o mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde. No mesmo ano, a aprovação pelo CNPq/MCTI do projeto de criação do Instituto

Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), sediado na Fiocruz e que reúne cerca de 120 pesquisadores de outras instituições brasileiras e de outros países, representou um novo e significativo patamar para o fortalecimento dessa área de pesquisa na instituição. Sua proposta é “investigar, desenvolver, aplicar e testar um conjunto de metodologias, instrumentos e ações, relacionadas com a divulgação científica, que contribuam para a melhoria das atividades de popularização de Ciência e Tecnologia (C&T) e de educação científica, fornecendo subsídios para o aprimoramento de políticas públicas no setor e promovendo a formação e qualificação de pessoas capacitadas para atuar em pesquisa e atividades da área”.

Um importante momento de ação integrada do trabalho de divulgação científica da Fiocruz, que demonstra a maturidade dessas ações no âmbito da instituição, foi o enfrentamento das crises sanitárias da tríplice epidemia (Zika, Dengue e Chikungunya).

Os debates dos Congressos Internos da Fiocruz indicam, igualmente, o quanto têm sido recorrentes as discussões em torno do tema e da relevância da área para a instituição. Entre os principais posicionamentos, duas importantes diretrizes, aprovadas no VIII Congresso Interno, merecem ser citadas: “fortalecer e articular as políticas institucionais de divulgação e popularização da ciência, ampliando o impacto das ações de forma a estimular uma cultura científica e democrática na sociedade, num diálogo permanente com os diferentes públicos, em especial com aqueles historicamente excluídos” e “consolidar e ampliar o acesso público ao conhecimento, em linguagem acessível à população, aos acervos e à informação científica, em consonância com as políticas públicas e o movimento global

pela ciência aberta (...). Acopladas a este desafio maior, temos ainda “a integração e fortalecimento de suas revistas científicas; o fortalecimento de ações integradas de preservação e difusão dos acervos científicos e culturais; a ampliação da produção e uso de Recursos Educacionais Abertos (...)”.

Na esteira das ações que vêm sendo desenvolvidas, a Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC) da Fiocruz tem apoiado e coordenado programas e projetos que mobilizam, ampliam e consolidam um conjunto significativo de atividades voltadas para a divulgação científica. Entre as iniciativas, cabe destacar o lançamento do portal de periódicos em 2015 (que tem como um dos objetivos reforçar a divulgação científica das revistas científicas da Fiocruz), o fortalecimento da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Fiocruz (com o lançamento de editais específicos para as regionais desde 2018), o novo mapeamento de ações de popularização e divulgação da ciência realizado em 2015/2016, a elaboração de duas edições do edital de divulgação científica (2018 e 2019) e a disciplina transversal de divulgação científica (desde 2018). Em 2017, a coordenação das ações nessa área ganhou um grande reforço com a criação do Fórum de Divulgação Científica, cujo objetivo é criar “sinergia e promover a integração entre as diferentes ações e projetos desenvolvidos na Fiocruz, bem como um espaço para compartilhamento de experiências e reflexões a fim de apoiar eventos integrados como a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), além da formulação de propostas políticas”.

No âmbito da Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB), o Programa de Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde (PMA), criado em 2015, como continuidade ao Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde Pública (PDTSP), vem trabalhando a disseminação científica em

seus editais de pesquisa, com a produção de vídeos, sinopses, webtv's, resumos executivos e articulações políticas, circuladas em canais internos e externos à instituição. Tais produções são os meios para se alcançar o papel estratégico do PMA de indução do processo de aplicação dos resultados das pesquisas em soluções no campo das políticas públicas e modelos de atenção e gestão à saúde, buscando aperfeiçoar o desempenho do SUS e a melhoria das condições de vida e saúde da população.

III. DESAFIOS E CONTEXTO

Para abordar os desafios que se impõem ao pensar uma política de divulgação científica no âmbito da Fiocruz, deve se ter como marco inicial a conjuntura histórica e social do próprio campo conforme suas trajetórias interna e externa à instituição, destacando os tempos atuais frente à pandemia da Covid-19, às fake news e ao crescimento de um movimento mundial anticiência (e negacionista) que coloca esse trabalho no epicentro do debate do papel da ciência na sociedade. Podemos estruturar os desafios em duas frentes interligadas. Uma primeira frente, caracterizada pelos desafios externos aos quais a instituição articula suas estratégias e ações. E outra frente, entendida como a que concentra os desafios internos, emerge a necessidade de integração, institucionalização e otimização de recursos para divulgação científica, bem como, estímulo à inovação e ampliação do diálogo com a sociedade civil nas ações do campo.

Apesar das atividades de divulgação científica serem tão antigas quanto a própria ciência, é a partir de meados da década de 1970 que ganha força no mundo e começa a se consolidar como um campo do conhecimento. A partir dessa década, observou-

se o surgimento e proliferação dos periódicos científicos especializados na área, cursos de pós-graduação, pesquisas governamentais sobre a percepção pública relacionada à ciência e tecnologia, centros e museus de ciência interativos, entre outras iniciativas. No Brasil, esse período coincide com a redemocratização do país, sendo marcos importantes da época a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (1977), do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia (1979), da revista Ciência Hoje (1982) e do espaço Ciência Viva no Rio de Janeiro (1982). No entanto, foi a partir dos anos 2000, com a criação do Departamento de Popularização e Difusão de Ciência e Tecnologia (DEPDI), vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia, que a política pública nessa área ganhou uma estrutura mais consistente. Nesse contexto político, ocorreu o incentivo de várias iniciativas de fomento por meio de editais e prêmios, bem como o fortalecimento da pesquisa regular, refletindo a percepção pública da ciência a nível nacional.

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) foi criada em 2004 nesse cenário e marca uma das principais políticas públicas instituídas nessa área no Brasil, colaborando para o fortalecimento do campo em todo território nacional. A Fiocruz participou de edições anuais em seu campus sede no Rio de Janeiro, nas regionais e em eventos integrados por todo país.

Desde 2016, com a fusão entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações, e conseqüentemente a transformação do DEPDI em uma Coordenação Geral dentro da estrutura do novo ministério, entre outras ações, o cenário vem se alterando, com redução no financiamento da área e diminuição no número de editais. Desde 2017, a SNCT vem enfrentando inúmeras dificuldades

de financiamento e de estruturação, assim como a ciência e a educação, que inviabilizaram nas últimas edições a realização dos polos locais. Ao nível internacional, existem hoje várias plataformas e iniciativas de ciência e tecnologia que cada vez mais buscam o diálogo com a área de saúde dada a importância dessa no campo da inovação, assim como estímulo ao crescimento do campo de CTI em si mesmo. O Mecanismo de Facilitação Tecnológica da ONU, as iniciativas do Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados e do Conselho Internacional de Ciência são pontos de referência internacionais que podem contribuir ao desenvolvimento de um plano de trabalho que aumente ainda mais a transparência do processo de produção de conhecimentos da Fiocruz e que facilite a interação e a divulgação com as práticas institucionais.

Além dos desafios de prospecção de recursos externos para ações, também há a necessidade de fomento interno para os pesquisadores e demais profissionais da instituição realizarem atividades de divulgação científica. A atuação em sinergia com demais instituições públicas de pesquisa e ensino, destacadamente as universidades públicas, pode auxiliar a integrar campos do saber e criar programas e ações interinstitucionais que otimizem recursos e potencializem as ações dessas instituições.

Na frente interna, é preciso estruturar espaços e mecanismos de articulação, que permitam pactuar estratégias de formação contínua em divulgação científica, considerando as especificidades das distintas unidades e escritórios da Fiocruz. Um importante desafio interno é conhecer e monitorar de forma permanente as ações do campo na instituição, bem como, avaliar o impacto dessas ações. Outro desafio da Fiocruz, relacionado às epidemias e outras emergências sanitárias, é pensar um sistema

de respostas rápidas às questões emergenciais das ciências e especialmente da saúde, priorizando a circulação de informações entre os pesquisadores especialistas e os profissionais do campo da saúde, e novos meios de diálogo com a sociedade sobre temas contemporâneos e/ou urgentes.

Pela especificidade da Fiocruz, uma instituição de saúde, temos como desafio o enfrentamento cada vez mais frequente de emergências em saúde pública que afetam a sociedade em escalas poucas vezes vistas na história da humanidade, caso da atual pandemia do COVID-19. Esta crise sanitária colocou várias questões vinculadas com a relação entre ciência e sociedade no foco da discussão nacional e internacional. As ferramentas para o combate da pandemia estão todas no campo das ciências, desde as biomédicas às sociais e humanas, e há uma ampla demanda social por respostas urgentes a esse chamado. A pandemia tem atingido inclusive mecanismos tradicionais de produção e difusão científica, acelerando tendências que já vinham sendo observadas como, por exemplo, a disponibilização dos resultados da pesquisa diretamente à comunidade antes do chamado peer-review, processos de revisão coletiva e compartilhamento gratuito e solidário dos resultados entre outros. Há uma explosão de diferentes mídias virtuais, programas de TV, matérias jornalistas sendo criadas, mas ao mesmo tempo uma inundação de notícias falsas e imprecisas sobre ciência. Esse cenário nos coloca a urgência de enfrentar o desafio pré-existente de estabelecer canais de diálogos diretos com as populações envolvidas nas ações da Fiocruz, através da inovação e experimentação de novos meios, suportes e linguagens. Igualmente, é necessário seguir apoiando iniciativas institucionais exitosas no campo da comunicação pública da ciência como as verificadas nos anos recentes em diferentes doenças e agravos, caso da dengue, chikungunya e zika.

Por fim, é preciso estimular simultaneamente a interiorização dessas ações como parte da estratégia nacional da Fiocruz e o desenvolvimento de programas com foco na redução das desigualdades sociais, principalmente junto a favelas e periferias em todo país. Para enfrentar as desigualdades é preciso valorizar o saber popular e ampliar estratégias de escuta e principalmente de diálogo com as camadas populares e com os movimentos sociais organizados, priorizando, quando for o caso, os territórios onde a Fiocruz estiver estabelecida.

IV. PRINCÍPIOS

Ciência e democracia

O desenvolvimento científico e tecnológico representa um dos pilares na construção da cidadania, permitindo que as descobertas científicas possam ser assimiladas pela sociedade como um todo, o que é fundamental na redução das desigualdades sociais. Para que a ciência possa ser apropriada pela população, é preciso que as instituições de ciência e os cientistas estejam abertos ao diálogo com a população, criando espaços democráticos em que essa relação possa ser estabelecida de forma horizontal, de base territorial colaborando na construção de processos de governança democrática local. Nesse sentido, além da importância sobre a soberania de nosso país, a ciência também é propulsora no desenvolvimento e na manutenção do Estado democrático.

Ciência como parte integrante dos direitos humanos

Considerando a importância central do desenvolvimento científico e tecnológico sobre a sociedade como um todo, inclusive no âmbito da democracia e da redução de desigualdades, a garantia de acesso ao conhecimento científico deve ser considerada como parte dos direitos humanos em nosso País. A população tem direito ao conhecimento científico de forma que esse possa ser devidamente compreendido e questionado, assim como tem direito a usufruir de forma igualitária de seus benefícios.

Ciência e desenvolvimento sustentável

As descobertas científicas e seu uso pela sociedade devem se dar segundo os princípios do desenvolvimento sustentável de equidade, sustentabilidade, direitos humanos e paz. Elas devem contribuir aos pilares de ambiente, sociedade, segurança e economia da Agenda 2030 e de seus objetivos de desenvolvimento sustentável, os quais buscam não deixar ninguém para trás, em compromisso com a visão integrada de saúde única, que considera a saúde humana indissociável da saúde animal e do meio ambiente.

Solidariedade como princípio de funcionamento da ciência

É fundamental que o espírito de solidariedade e de bem público universal seja norteador no desenvolvimento da ciência e tecnologia, seja no âmbito da geração do conhecimento ou tecnologia gerada, seja na sua transferência para a sociedade. A ciência e tecnologia devem ser norteadas por princípios éticos que garantam seu compartilhamento social e sua aplicação deve ter como pressuposto, sempre, o bem comum.

Diálogo e compartilhamento do conhecimento

O desenvolvimento científico e tecnológico, assim como sua apropriação e uso pela sociedade, deve dar-se em contexto de diálogo contínuo com a própria sociedade, de modo a estar intimamente relacionado com as demandas sociais. Além disso, o compartilhamento do conhecimento gerado facilitará sua incorporação pela sociedade, que por definição deve ter o direito de acesso a tal conhecimento.

V. OBJETIVOS

Geral: Estabelecer princípios, diretrizes, orientações e responsabilidades na construção de uma divulgação científica, democrática, dialógica, aberta e participativa, que reconhece a especificidade do campo da saúde, de modo a contribuir para o cumprimento da missão da Fiocruz e para seus objetivos estratégicos, em especial os compromissos com a sociedade, o fortalecimento do SUS e de ciência e tecnologia como políticas de Estado.

Objetivos específicos:

- Contribuir para uma ciência mais cidadã, aberta, participativa e inclusiva, visando ao desenvolvimento científico, a inovação e à melhoria das condições de vida e saúde da população brasileira.
- Fortalecer o campo da divulgação científica na Fiocruz, visando maior impacto social das ações desenvolvidas, bem como integrando e articulando as diferentes ações em curso na instituição, com vistas à avaliação e a otimização de recursos e compartilhamento de materiais produzidos.

- Promover o reconhecimento da divulgação científica como um campo de saberes e práticas e promover sua articulação com outros campos, saberes e políticas públicas e internacionais.
- Ampliar a apropriação social do conhecimento científico produzido pela Fiocruz, contribuindo com a proposição de políticas públicas e democratizando o debate sobre a ciência no Brasil, bem como sobre a própria divulgação científica.
- Orientar o desenvolvimento de políticas específicas, programas, planos, manuais e demais desdobramentos, buscando maior integração, sinergia e direcionamento de esforços das distintas instâncias e atores da área.

VI. DIRETRIZES

- Estimular que pessoas com diferentes origens, conhecimentos e saberes contribuam com suas perspectivas, ideias e valores em resposta a perguntas científicas ou controvérsias relacionadas à ciência, estruturando um diálogo multidirecional entre as pessoas que permita que todos os participantes aprendam.
- Contemplar nas ações de divulgação científica a diversidade da população brasileira em seus aspectos cultural, étnico, regional e social, bem como seus diferentes contextos.
- Incrementar canais diretos de interação e interatividade com os diferentes segmentos sociais envolvidos nas ações de divulgação científica da Fiocruz, tanto a partir dos meios tradicionais de diálogo quanto de novos meios, suportes e linguagens.

- Ampliar a acessibilidade aos produtos e ações de divulgação científica da Fiocruz, a fim de garantir o direito ao conhecimento científico.
- Fomentar mecanismos para ampliar o diálogo entre as práticas de editoria científica da Fiocruz e a sociedade.
- Incentivar o fortalecimento e a ampliação da oferta de cursos para a formação em divulgação científica, tanto para fins acadêmicos como práticos.
- Estimular estratégias de capacitação contínuas em divulgação científica para os profissionais e estudantes da Fiocruz, alinhadas com princípios estabelecidos por essa política.
- Estimular a divulgação científica como elemento estratégico nos programas institucionais, nas cooperações nacionais e internacionais.
- Manter o financiamento a editais institucionais ligados à área de divulgação científica e ampliar os recursos financeiros destinados a novos editais neste segmento.
- Viabilizar o planejamento anual e plurianual das ações de divulgação científica, com a garantia da previsão orçamentária e programática.
- Induzir, fomentar e orientar profissionais diretamente ligados às atividades de pesquisa da instituição a participar ativamente de ações de divulgação científica, de forma integrada e planejada, através de diversos mecanismos, incluindo editais próprios e inserção das atividades em editais de estímulo à pesquisa.

- Discutir ações internas de valorização das atividades de divulgação científica pelos diferentes atores institucionais.
- Fomentar a participação anual da instituição dentro da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e no Dia Nacional da Ciência, entre outros, como eventos integradores da divulgação científica dentro da Fiocruz e de diálogo com a sociedade.
- Realizar continuamente mapeamento e monitoramento das ações de divulgação científica na Fiocruz.
- Estimular e fomentar pesquisas que avaliam o impacto das ações de divulgação científica empreendidas pela Fiocruz, bem como a percepção pública sobre assuntos do campo científico.
- Desenvolver ações e ferramentas que busquem a preservação das atividades e produtos do campo e sua memória.
- Garantir que as práticas de divulgação científica considerem as especificidades das unidades, estimulando as ações no território em que estão inseridas. Estimular também parcerias e ações integradas entre unidades e internamente, no âmbito das unidades.
- Estimular a interiorização das ações de divulgação científica como parte da estratégia nacional da Fiocruz com foco na redução das iniquidades regionais brasileiras.

VII. GOVERNANÇA

A implementação e o monitoramento da Política de Divulgação Científica da Fiocruz cabem à Presidência, às unidades técnico-científicas e aos escritórios com articulação e a orientação do Fórum de Divulgação Científica.

Em relação aos mecanismos de governança, identificam-se os seguintes órgãos gestores:

Conselho Deliberativo da Fiocruz

Trata-se do órgão executivo máximo de tomada de decisão dentro da instituição, cabendo a ele decisões relativas à aprovação e avaliação da Política de Divulgação Científica;

Presidência da Fiocruz

Cabe à Presidência da Fiocruz, por meio de sua estrutura executiva (vice-presidência e coordenações), a organização e execução de ações transversais entre unidades e escritórios da Fiocruz, garantindo a execução da presente política. Cabe ainda à Presidência a corresponsabilidade de mapear e monitorar sistematicamente, junto às unidades e escritórios, as diferentes ações de divulgação científica e organizá-las na forma de um sistema de ações da Fiocruz. Deve também a Presidência, ouvindo as diferentes câmaras técnicas e o Fórum de Divulgação Científica, propor novas ações e correções da atual política ao CD Fiocruz de forma a manter continuamente a Política de Divulgação Científica atualizada frente aos novos desafios que se apresentam continuamente. Dessa forma, é papel da Presidência da Fiocruz fomentar programas transversais e sinergia entre as ações, incluindo o fomento a infraestrutura de ações estratégicas de colaboração entre as unidades como a Semana Nacional de

Ciência e Tecnologia. Cabe também à Presidência a elaboração de editais que visem fomentar diretamente, de forma estratégica e coordenada, essas ações dentro da Fiocruz, bem como a inclusão desse elemento em editais de diferentes naturezas, como editais de pesquisa, inovação, entre outros, que possam incluir a divulgação científica de forma integrada em seus objetivos.

Fórum de Divulgação Científica

A instalação do Fórum está a cargo da Vice-presidência responsável pela Câmara Técnica de Informação e Comunicação da Fiocruz e seu funcionamento é objeto de regulamento específico a ser formulado por seus membros e aprovado pela Presidência. Atua como articulador e orientador da presente política, promovendo o debate e sinergia entre diferentes atores que estão à frente das ações aqui descritas e formulando proposta de planos de ação para a área. O Fórum, instância criada em 2018, deve reunir os atores responsáveis diretamente pelas ações e gestores da instituição e atuar de forma integrada à Câmara Técnica de Informação e Comunicação. O Fórum deve ainda se articular, sempre que pertinente, às demais Câmaras Técnicas relacionadas às diversas estratégias e ações de divulgação científica da Fiocruz (de Educação, de Pesquisa, de Ambiente, entre outras). O Fórum, na atual configuração da Presidência, fica sob a responsabilidade da Vice- presidência de Educação, Informação e Comunicação, que deverá indicar um coordenador executivo.

Direção das unidades e escritórios

Cabe a cada direção de unidade ou escritório da Fiocruz a organização do sistema local de ações de divulgação científica, cabendo a essa instância a proposição de ações transversais e a garantia de inclusão dessas ações em planos anuais e plurianuais

locais. Cabe também a cada direção, junto à Presidência da Fiocruz, facilitar e fornecer informações para um sistema de mapeamento e monitoramento dessas ações que se localizam dentro de cada unidade ou escritório. Cabe a cada direção a definição da instância local responsável pela articulação dessas ações frente à Fiocruz. Em algumas unidades, há vice-direção específica de divulgação científica, em outras as ações são coordenadas por vice-direções de educação ou ensino e, em alguns casos, dentro das assessorias de comunicação. É importante respeitar as particularidades de estrutura interna de cada unidade, mas deve-se manter uma interlocução clara entre a unidade e o restante da Fiocruz.

VIII. FINANCIAMENTO

A divulgação científica é parte da missão da Fiocruz e o financiamento das ações ordinárias correspondentes, orientadas por essa política e estabelecidas no Plano Quadrienal institucional e das unidades, serão custeados prioritariamente pelo Tesouro Nacional. A principal fonte de recursos que compõe o orçamento da Fiocruz é o Tesouro Nacional. Tais recursos, disponibilizados por meio da Lei Orçamentária Anual, são destinados ao financiamento de ações a serem executadas no intuito de cumprir as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos no Plano Quadrienal (PQ). O PQ reflete as ações ordinárias essenciais ao cumprimento da missão institucional e também as ações estratégicas que objetivam atingir a visão estabelecida em horizonte de tempo determinado. O financiamento das ações ordinárias e estratégicas é feito também com recursos provenientes de outras fontes, que incluem principalmente aqueles captados por meio de leis de incentivo fiscal, emendas parlamentares, editais de instituições públicas e privadas de fomento, patrocínio e grants.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

